

# O BANCO MUNDIAL E O NELSON RODRIGUES

*Ou a unanimidade burra e o anjo pornográfico*

O Banco Mundial publica anualmente relatório sobre desenvolvimento internacional. Em 1996 e em 1997, o banco ficou mais ambicioso, abusado, mais espaçoso em suas pretensões. O relatório sobre o Estado está dividido em quatro partes, dez capítulos e 167 páginas preparadas por um grupo central de nove pessoas. No total, 545 pessoas colaboraram para o texto final. O relatório sobre o mercado consultou igualmente inúmeras organizações e exigiu a cooperação de 333 pessoas. A simples menção destes números é suficiente para atestar o cuidado técnico.

Os dois relatórios devem ser vistos como peças de uma teoria aplicada sobre a natureza, operação, indução e administração do Estado e do mercado. Tendo em vista as utopias, preferências estratégicas que o banco deseja aplicar no mundo, sua ação, como de resto a de qualquer programa governamental, ou de intervenção, contém um conjunto intrínseco de crenças e pressupostos que podem ser expressos sob a forma de seqüências de causas e efeitos.

Dada a natureza global do trabalho do banco, é necessária a geração de robusta base de dados para um número muito grande de países. Quando se compara tudo com tudo, freqüentemente obtém-se resultados medíocres visto que a enorme variedade de casos exige comparações sistemáticas, aos pares, às vezes, multivariadas, outras, um caso contra os outros. O relatório sobre o mercado foi preparado com vistas aos países que es-

tão enfrentando a transição de uma economia estatal para uma economia de mercado.

Não deixa de ser interessante notar que as nove perguntas básicas, formuladas pelo banco para as sociedades em transição do Leste Europeu, aplicam-se igualmente ao Brasil contemporâneo. Isto quer dizer que não só as sociedades que emergiram da Cortina de Ferro se confrontam com problema de criar uma sociedade de mercado com instituições sólidas, democráticas, baseadas na equidade, na lei, com um sistema financeiro eficaz, preservando sua base de capital humano, atenuando a distância entre ganhadores e perdedores. A agenda da grande transformação está igualmente incom-

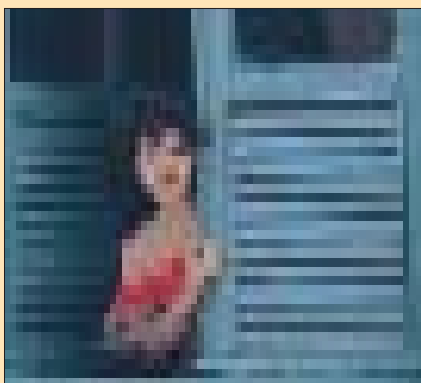
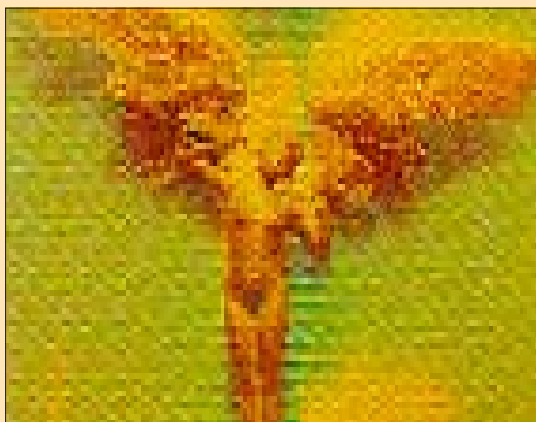
pleta em muitos outros países.

Seja estatocêntrica, seja mercadocêntrica, a compilação preparada pelo Banco Mundial, bem como a agenda de problemas a serem solucionados, constituem apetitosa utopia. Pode

lhe faltar a figadal pitada de tempero ideológico, o que dificulta guerras intelectuais e emocionais, mas lhe sobram questões disciplinares a serem resolvidas e estudadas em escala planetária, com o necessário *granus salis* local.

A estas interpretações escapam as pessoas em sua versão de carne, osso, comportamento e preferências. Baseiam-se em soluções e caminhos institucionais. Pressupõem, obviamente, que a arquitetura e a engenharia organizacional que conhecemos são capazes de dar conta da agenda e materializar a utopia nos variados matizes de completude possíveis em cada caso. Aí mora o perigo, diriam os sociocêntricos.

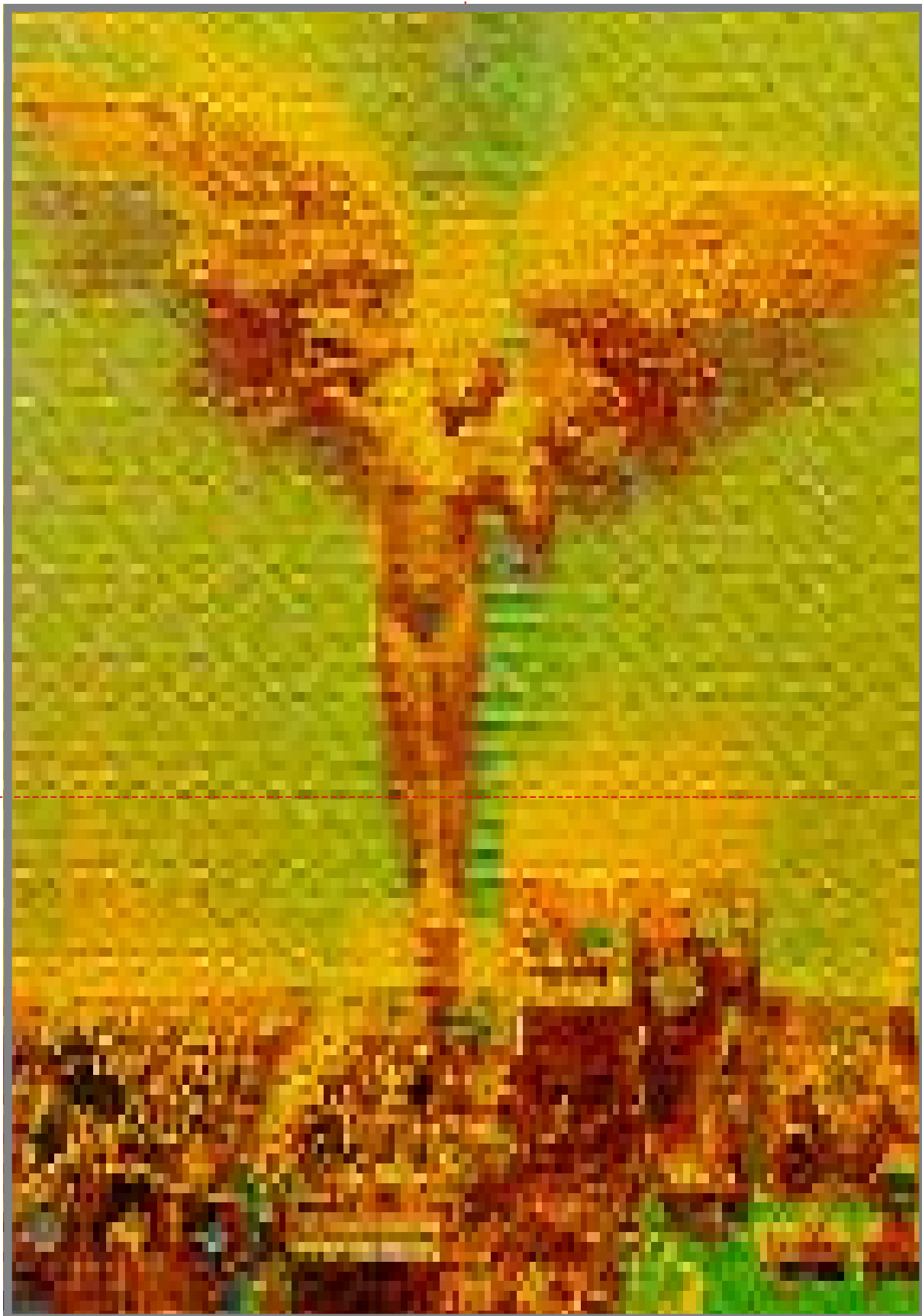
Nelson Rodrigues, orgulhoso do seu, então, reacionarismo, sempre odiou as passeatas, as manifestações coletivas. As unanimidades. Talvez por tudo que contivessem de diminuição do arbítrio individual, agora tão pós-moderno. Se as unanimidades são burras, como poderiam ser adjetivadas as unanimidades globais?



# O Banco Mundial e o Nelson Rodrigues

*Ou  
a unanimidade burra e o anjo pornográfico*

**n**a noite de 13 de outubro, data em que os Estados Unidos comemoram o Dia de Colombo, aguerridos estudantes brasileiros protestavam em frente ao Ministério das Relações Exteriores, onde Bill Clinton era recebido para coquetel. A pequena carreata, seguida por diminuta tropa estudantil pedestre, cantava a pulmões estourados: “Bill Clinton, imperialista / A América Latina / Vai ser toda socialista”.



David Gaz/Image Bank

**n**uma penada de sonho, os estudantes reinventaram a geopolítica vigente até os anos 80 propondo, simultaneamente, incomprovável falácia prospectiva, a de que a América Latina vai ser toda socialista, construída metodologicamente sobre falácia retrospectiva, a de que os sistemas sociais são providos de objetivos históricos endógenos.

A geopolítica reinventada naquela chama do vigor estudantil, simplificada, via o planeta dividido em três partes constituídas por sistemas políticos e de produção distintos. O primeiro mundo, composto pelos EUA, Canadá e alguns poucos países do Atlântico Norte. O segundo mundo, integrado pelos países da Cortina de Ferro ou de Bambu. No terceiro time estava escalada a moçada que bem conhecemos. Nós, brasileiros, e o resto do globo.

O terceiro mundo mereceu vários apelidos ao longo dos anos, bem como lhe foram dedicadas variadas análises baseadas na dicotomia desenvolvimento/subdesenvolvimento, no desenvolvimento do subdesenvolvimento, na geopolítica da fome, na dependência e desenvolvimento, modernização e desenvolvimento, na economia das trocas desiguais ou em delicioso retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador.

As revoluções do Leste Europeu, no final dos anos 80, jogaram por terra, impiedosa e rombudamente, esta taxionomia geopolítica, ao extirpar da face do planeta o segundo mundo.

De pronto, obviamente, desapareceu o terceiro mundo. Por absoluta inexistência do segundo. Esta geografia, tão familiar àqueles que cresceram no pós-guerra, que quando foram a São Francisco não esqueceram de levar flores em suas mãos, que tomaram tantas carreiras e pancadas das polícias e milícias autoritárias dos anos 60. Esta geografia continha, em sua simplicidade de fácil compreensão, toda uma cosmogonia de sonhos, esperanças e desejos. Cosmogonia utópica, via o mundo numa plasticidade permeável à ação humana responsável pela obstinada busca de um mundo de equidade, oportunidades e direitos.

**A visão do mundo** como objeto submetido à ação racional e utópica incendiou a vida intelectual no pós-guerra. A constatação de que, em alguns países, a sociedade certa e o apropriado desenvolvimento não se materializavam deu origem a variados estudos sobre as causas do atraso de uns em relação a outros. A plasticidade do mundo, a incomensurabilidade da tarefa de compreender a origem da riqueza e a persistência da pobreza de algumas nações sempre foram acompanhadas por utopias poderosas, transformadas muitas vezes em certezas pelos protagonistas dos variados matizes ideológicos e políticos.

A certeza sobre o rumo do desenvolvimento baseia-se, inevitavel-

mente, em raciocínios simplificados a respeito das causas e efeitos das mudanças sociais e sobre os determinantes do comportamento humano. A guerra entre as classes sociais, por um lado, o individualismo possessivo, com base na ação econômica racional das pessoas (apelidadas no caso de agentes econômicos), por outro, constituíram a pedra fundamental da acirrada guerra de idéias que sucedeu à Segunda Guerra mundial. Carreiras acadêmicas, ao longo de muitos anos, foram construídas; outras, destruídas ou ridicularizadas, sob o manto da guerra de utopias. Departamentos universitários inteiros se identificaram, cientificamente, é claro, com versões inteiras ou parciais das utopias.

O circuito internacional de conferências acadêmicas, bem como importantes instituições e fundações internacionais, foram permeadas pelas utopias em litígio. A peleja utópica ganhou contornos mais sanguíneos a partir da instalação dos regimes militares que povoaram, globo afora, os anos 60.

*“O circuito internacional de conferências acadêmicas foi permeado pelas utopias em litígio”*

**A explicação** para a emergência dos regimes militares de novo dividiu contendores e departamentos universitários. Tais regimes, dependendo da preferência utópica, tanto poderiam ser fruto do intervencionismo imperialista ou da necessidade de aprofundamento da industrialização, quanto da fraqueza das instituições e da ausência da apropriada cultura cívica baseada na indispensável ação racional dos agentes econômicos (muitas vezes apelidados de indivíduos ou pessoas). Na ausência do adequado aparato institucional, gêmeo ou rebento do indivíduo econômico racional, as sociedades corruptas, isto é, clientelísticas ou prismáticas, teriam dado ori-

gem a complexos arranjos institucionais corruptos, ineficientes, corporativos, populistas, inadequados ao pertinente florescimento de uma ordem capitalista moderna.

**O**bviamente esta batalha é de difícil arbitragem. De um lado, afirma-se que a causa do subdesenvolvimento local deve ser buscada em forças externas que asfixiam o ente local. De outro, afirma-se que o ente local, em função de seus desvios da ação adequada, impede seu próprio desenvolvimento. A prescrição, para ambos contendores, envolve ação racional responsável. No primeiro caso, mobilizar-se contra o inimigo externo através, principalmente, de aparato organizacional político e de estruturas estatais desenvolvimentistas, frequentemente de natureza autárquica ou semi-autárquica. Onde fosse possível, recomendava-se revolução socialista. No segundo caso, investir em recursos humanos, educação e modernização de cima para baixo, ajuda exter-

na e alianças para o progresso, recorrendo-se até mesmo, desde que de maneira eventual e temporária, à modernização autoritária através de, se necessário, braço militar armado. Este último, justificarse-ia tanto pela necessidade de modernização quanto pela iminente ameaça comunista ou revolucionária.

**e**sta lembrança do passado recente, trazida pelos estudantes de Brasília, à medida que a narro, me parece ao mesmo tempo familiar e remota. Arqueológica e atual. Lembrança de décadas em que a certeza utópica deu licença à simplificação intelectual e metodológica. Afinal, somos simplesmente humanos sonhadores. Por isso, a demanda pela utopia certa continua tão forte hoje quanto antes. Mais difícil contudo é a sua fabricação. Avanços científicos, incluídas as ciências sociais, apoiados por métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa e meio computacional sofisticado, estudos de processos decisórios desenvolvidos pela psicologia experimental, neurociência, maior conhecimento da fisiologia e química cerebral, aplicações das teorias do caos e dos jogos, puderam visualizar a magnitude de nossa ignorância sobre causa e efeito nas mudanças sociais. Isto nos obriga a reconhecer que não podem existir duas explicações verdadeiras, distintas e simultâneas para um mesmo fenômeno. Ou explicações que dêem conta de alguns casos mas não de outros que pareçam semelhantes. Variações entre os casos e eventos não podem ser explicadas por uma constante, mesmo utópica.

**Na ausência** daquela complexidade ideológica, que se abrigava na diversidade segmentada percebida entre os três mundos, em presença de modo de produção universal e de regimes políticos com características universalizantes, parece natural que a idéia de globalização prospere como uma nova utopia. Uma nova certeza. Pouco interessa que seus contornos não sejam claros, que seu significado possa variar conforme a posição de onde se fala, que globalizações outras já tenham ocorrido na história (afinal, que outro nome se poderia dar à época das grandes descobertas, por exemplo?), que globalização seja mais uma questão de grau, uma variável, do que um atributo. Pouco interessa. A globalização aparece como uma nova unanimidade. Mas, então, qual seria agora o “motor da história”, da “grande transformação”?

Desde este ponto de vista emergem interpretações sistêmicas sobre a dinâmica, causa e efeito da mudança social rumo à “boa sociedade”. A estas novas cosmogonias interpretativas falta o sabor militante das utopias do pós-guerra. Destaco aqui três delas: a estatocêntrica, a mercadocêntrica e a sociocêntrica. As duas primeiras foram codificadas nos últimos anos por relatórios do Banco Mundial, a última, por pesquisadores universitários.

A estatocêntrica assume que a reforma do Estado, na direção preconizada pelo relatório, conduzirá a mudanças compatíveis com a gera-

ção da boa sociedade. A mercadocêntrica, *ça vas san dire*, assume que o mercado, pautado conforme o relatório, leva à boa sociedade. Em verdade, os relatórios sobre o Estado e sobre o mercado podem ser articulados como faces opostas da mesma moeda. O fato de terem sido preparados em anos distintos pode ter prejudicado a mais completa discussão da união dos dois temas.

A visão sociocêntrica argumenta que a sociedade pós-moderna, observada através de pesquisas de opinião em 43 países, em dois momentos no tempo, começa a rejeitar as soluções hierárquicas, burocráticas, organizacionais, tais como as representadas por Estados, igrejas, partidos, exércitos. O aparato organizacional que garantiu a existência dos Estados Modernos, como os conhecemos, e do capitalismo moderno, já não tinha o apoio e a aceitação das pontas pós-modernas das sociedades mundiais.

Conforme cada uma destas visões, estão em funcionamento os “novos motores da história”, os motores pós-modernos. Observemos os estudos mencionados.

Anualmente, o banco publica seu relatório sobre o Desenvolvimento Mundial. Ao contrário dos anos anteriores, quando os relatórios possuíam um caráter temático mais específico, em 1996 e 1997 o banco ficou mais ambicioso, abusado, ou, como diríamos nós brasileiros, mais espaçoso em suas pretensões. Em 96, fez um relatório — *Do Plano ao Mercado* — que analisa as questões constitutivas de uma sociedade de mercado. Em 97, fez um relatório — *The State in a Changing World* — que analisa os fundamentos do Estado Moderno (a título de ilustração, examinem-se, em distintas línguas, os títulos de relatórios anteriores: *Infra-Estrutura para o Desenvolvimento*, *Workers in na Integrating World*, *Desarrollo y Medio Ambiente*, *World Economic Recession and Prospects for Recovery*, *Sistemas Financeiros e Desenvolvimento*, *International Development Trends*, *Recovery or Relapse in the World Economy*).

**C**omo de hábito, em virtude mesmo de sua missão institucional, o vezo obtrusivo, desculpem o anglicismo, do Banco Mundial se manifesta claramente no texto. À diferença, contudo, dos temas anteriores, Estado e Sociedade (às vezes apelidada de mercado) fazem parte daquele estoque infundável de dilemas constitutivos da razão de ser das próprias disciplinas sociais. Por se tratarem de fenômenos planetários, ainda que numericamente distintos, a sociedade e o Estado, assim com esta intimidade, foram temas encarados por poucos e soberbos cientistas sociais do passado.

**Poucos** escreveriam hoje um livro chamado de *Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of the Nations* ou *Wirtschaft und Gesellschaft*. Adam Smith e Max Weber o fizeram. Obras possantes

lançaram fundação para nossas vidas universitárias. Certamente consciente da magnitude do problema trazido por objeto assim complexo, o Banco Mundial tirou partido do tamanho e da qualificação do seu corpo técnico, bem como de sua infundável (desde o ponto de vista de qualquer departamento universitário brasileiro) pletora de recursos para a pesquisa social no tratamento dos temas.

O relatório sobre o Estado está dividido em quatro partes, dez capítulos e 167 páginas, excluídas as notas técnicas, bibliografia e apêndices. O relatório sobre o mercado tem igualmente quatro partes, contada a conclusão, dez capítulos e 163 páginas em sua versão brasileira. As 167 páginas do relatório sobre o Estado foram preparadas por um grupo central de nove pessoas, sob a direção de três outras. Estas receberam consultoria de um painel de 11 especialistas externos, se beneficiaram especialmente do comentário de outras quatro, duas outras pessoas facilitaram o “input” e a consulta a muitas fontes, comentários valiosos foram oferecidos por 44 pessoas. Outras quatro fizeram crítica e deram assistência em vários estágios. Pequenas e valiosas contribuições de outras 144 pessoas foram importantes para vários capítulos específicos. Todos tiveram apoio de treze pessoas no estafe de produção e suporte administrativo.

Este grupo de especialistas encomendou, como material de apoio, 27 *background papers* e usou 413 referências bibliográficas. Consultas internacionais foram facilitadas por 11 organizações em Tóquio, Otawa, Nova Délhi, Nairóbi, Londres, Adis Abeba. Em adição, 286 pessoas em outros 25 países e/ou organizações contribuíram de alguma maneira, além de um número não mencionado de membros do *Economic Committee of the Global Coalition for Africa*. Este processo de trabalho e consultas beneficiou-se de dez outros executivos do banco e seus estafes baseados em Washington.

**Encurtando** a conversa, 545 pessoas colaboraram de alguma forma para a preparação do relatório sobre o Estado. O relatório sobre o mercado encomendou dezenove *background papers*, utilizou 520 referências bibliográficas, consultou igualmente várias organizações em vários países. Exigiu a cooperação de 333 pessoas.

A simples menção destes números é suficiente para atestar o cuidado técnico, a densidade (alguns críticos a chamam de desperdício) dos recursos materiais e institucionais que caracterizam o trabalho do banco. Os relatórios não contêm informação que permita estimar o seu custo de produção. A potência organizacional, contudo,

pode ser observada de maneira comparativa e indireta. Vejamos.

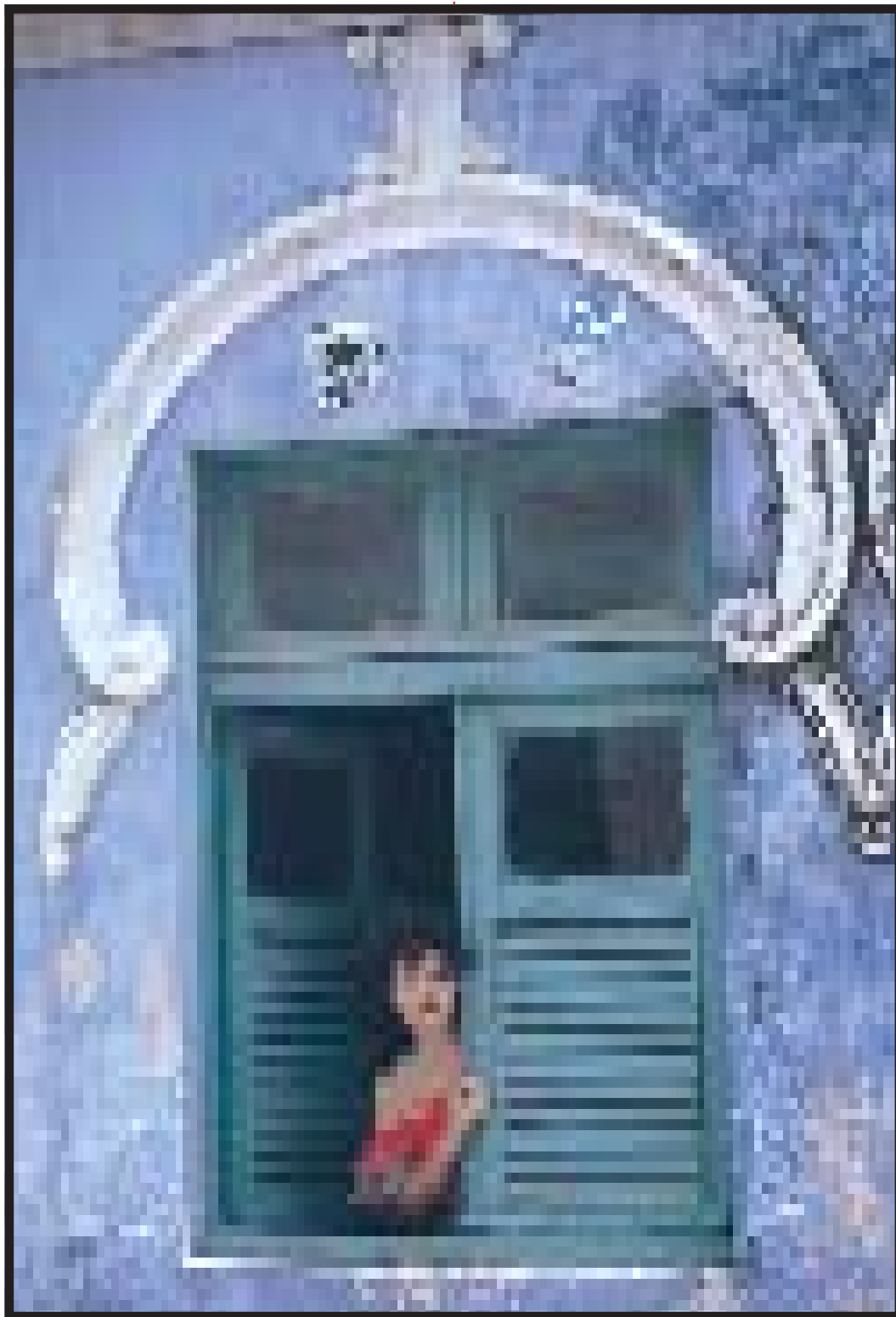
Existem no Brasil 55 programas de mestrado e 25 programas de doutorado em economia, ciência política (10) e sociologia (20). Nestes programas, trabalham 826 PhDs, sendo 361 em economia, 86 em ciência política, 379 em sociologia. Supondo, dada a qualidade do pessoal de pesquisa do banco, que sejam doutores em sua maioria, isto quer dizer que o estoque de PhDs na pós-graduação brasileira, em qualquer das disciplinas mencionadas, é inferior ao número de pessoas que colaboraram para a elaboração do relatório. Isto pode ser muito, ou pouco, ou muito pouco, tanto em termos de gasto com a pesquisa quanto em termos dos resultados da mesma. Tudo depende das conseqüências.

**Os dois relatórios** devem ser vistos como peças fundacionais de uma teoria aplicada sobre a natureza, operação, indução e administração do Estado e do mercado. Tendo em vista as utopias, preferências e estratégias que o banco deseja aplicar no mundo, sua ação,

como de resto a de qualquer programa governamental, ou de intervenção, contém um conjunto intrínseco de crenças e pressupostos que podem ser expressos sob a forma de seqüências de causas e efeitos. Neste sentido, o termo “teoria” se refere a um conjunto inter-relacionado de proposições abstratas e genéricas que objetivam explicar o fenômeno que se analisa e sobre o qual se deseja atuar. Bancos de fomento se baseiam em pressupostos teóricos referentes a relações de causa/efeito que justificam a sua intervenção, quando se deseja o desenvolvimento, por exemplo, nesta e não naquela variável. O mesmo se dá quando um banco de fomento escreve relatórios sobre temas tão amplos quanto o Estado e o mercado e oferece recomendações analiticamente organizadas conforme sua proposta teórica de ação.

*“Quando se compara tudo com tudo, freqüentemente obtém-se resultados medíocres”*

relatórios como estes, que reportam dados relativos a entidades distintas e variadas entre si, são forçados a optar entre alternativas, muitas vezes, desde o ponto de vista lógico, não excludentes, mas praticamente infactíveis para realização simultânea. Primeiro, dada a natureza global do trabalho do banco, é necessária a geração de robusta base de dados para um número muito grande de países, de forma a atender o escopo de sua missão e garantir a comparação. Quando se compara tudo com tudo, freqüentemente obtém-se resultados medíocres visto que a grande variedade de casos exige comparações sistemáticas, aos pares, às vezes, multivariadas, outras, um caso contra os outros, variações concomitantes. Ademais, dificilmente bases de dados desta magnitude permitem comparações sistemáticas ao longo de



Gusmão/Câmara Três



muitas variáveis por carência de dados ou outras endemias estatísticas de variada procedência.

Segundo, dada a extensão da base de dados e a multiplicidade de variáveis e indicadores, seria desejável tanto reduzir a comparação para um conjunto de variáveis tecnicamente administráveis, quanto produzir análises em profundidade de alguns casos. Neste caso, pode-se ganhar em profundidade, compreensão das variações, mas perde-se em amplitude horizontal de comparação.

Há sempre o perigo de que se perpetrem *over-comparison* e *under-analyses*. Ou o inverso. Destes perigos os relatórios não escaparam.

**a** firmam, perdoem a simplificação, que os casos são tantos e tão variados, tão diferentes os pontos de início, tão distintos os *timings* históricos, tão distintas as regiões, que a prescrição deve ser cuidadosa. Literalmente: “As

diferenças entre países são muito importantes tanto para estabelecer uma margem viável de opções de política como para determinar a resposta às reformas.” Ou: “Uma resposta eficiente aos processos de mercado requer a definição precisa dos direitos de propriedade — o que acabará por exigir a generalização da propriedade privada” (pag. 159, Conclusão, do Relatório sobre o Mercado). Obviamente, tais conclusões são indiscutíveis, bem como prescindem do relatório para que sejam enunciadas. A bem da verdade, antes de qualquer conclusão, poderiam perfeitamente ser premissa metodológica.

**O relatório** sobre o mercado foi preparado com vistas aos países que estão enfrentando a transição de uma economia estatal para uma economia de mercado. Sendo assim, países em processos de transição desta natureza enfrentam, concomitantemente, o desafio de estabelecer uma ordem política, regime e instituições, compatíveis com uma sociedade de mercado, uma sociedade aberta. Inescapável, portanto, que um relatório sobre o mercado, nestas circunstâncias, assuma contornos constitucionais.

Disto já se ocupara, de maneira mais completa, perdoe o banco, Ralf Dahrendorf, em 1990, em seu *Reflections on the Revolution in Europe*. Visitando amigo polonês, Dahrendorf, que se contentaria, afirma, com a amena presença da manhã de março, uma xícara de café e a boa conversa, foi assoberbado por uma barragem de questões sobre o quê fazer com a Polônia após a Revolução de 1989. De volta a Oxford, começa a escrever nota ao amigo, que se transformou em robusto quadro de referência para a transição para a sociedade aberta. Aqueles que se ocupam do assunto sabem que Dahrendorf não é propriamente neófito no tema da sociedade aberta e de seus inimigos.

Escapou, lamentavelmente, à bibliografia do relatório. Teria poupado muito trabalho.

**Olhando daqui** do Brasil, não deixa de ser interessante notar que as nove perguntas básicas, formuladas pelo banco para as sociedades em transição do Leste Europeu, aplicam-se igualmente ao Brasil contemporâneo. Isto quer dizer que não só as sociedades que emergiram da Cortina de Ferro se confrontam com problema de instituir uma sociedade de mercado com instituições sólidas, democráticas, baseadas na equidade, na lei, com um sistema financeiro eficaz, preservando sua base de capital humano, atenuando a distância entre ganhadores e perdedores. A agenda da grande transformação está igualmente incompleta em muitos outros países.

Duas conclusões do relatório sobre o Estado (The Agenda for Change):  
– Esforços para reiniciar o desenvolvimento em países com Estados ineficientes precisam começar por arranjos institucionais que garantam a “responsividade”, a “accountability” e o império da lei;

– Uma sociedade civil competente e uma burocracia profissionalizada são pilares gêmeos de uma relação construtiva entre Estado e sociedade. Quando existe o risco de amplo colapso do Estado, estes pilares gêmeos podem reduzir este risco.

Estas conclusões extraídas arbitrariamente, em verdade, não fazem jus ao esforço materializado nos relatórios, mas dão idéia da cautela necessária quando se trata analiticamente de temas desta natureza. Todas estas “conclusões” são premissas problemáticas e enunciados arqueológicos, clássicos, para os especialistas. Prescindem, no final do século XX, da porfia milionária de meio milhar de pessoas para que sejam formuladas. Elas são o próprio fundamento constitutivo das disciplinas que as estudam. Se tivéssemos aprendido, ao longo dos séculos, como resolver estas questões que consideramos fundamentais, não teria o banco incorrido na imprudência de tomar como conclusão aquilo que é o problema, simplesmente por ele se encontrar espalhado mundo afora.

*“O banco incorreu na imprudência de tomar como conclusão aquilo que é o problema”*

**p**or outro lado, a descoberta, pela poderosa megaburocracia internacional do Banco Mundial, que problemas universais merecem tratamento sério, retira estas questões do campo acadêmico e as traz para o plano gerencial, permitindo que governos de todo o globo possam estudá-las como pauta possível para a ação. A pauta mínima crucial de qualquer governo, segundo o banco, pode ser o sonho de muitos utopistas que, certamente, a perceberão como agenda aliada. Ela in-





Keystock

clui cinco pontos: estabelecer a fundação da lei; manter um ambiente de políticas não-distorcionárias, incluindo a estabilização econômica; investir em serviços sociais básicos; amparar os vulneráveis; proteger o meio ambiente. Associada às perguntas básicas formuladas pelo relatório sobre o mercado, perfazem um cardápio saboroso. Agenda tentadora. Uma utopia universal.

A percepção, pelo Banco Mundial, de que a política não é um indesejável *spoils system*, é fato não desprezível. Também não é desprezível a descoberta de que a complexidade da materialização de uma sociedade aberta, tardiamente descoberta através da transição no Leste Europeu, não é mais que a agenda dolorosa e complexa do resto do planeta desde a revolução industrial. Notável observar que permanece irresolvida no relatório a vital questão da conciliação do individualismo possessivo com uma ordem pública baseada na equidade. Tendo relacionado a pauta de problemas, constitutiva e original da moderna economia política, resta agora aprender as vicissitudes, a complexidade, os fundamentos, a metodologia da disciplina com a qual começou tardiamente a se preocupar.

**Seja estatocêntrica**, seja mercadocêntrica, a compilação preparada pelo Banco Mundial, bem como a agenda de problemas a serem solucionados, constituem apetitosa utopia. Pode lhe faltar a figadal pitada de tempero ideológico, o que dificulta guerras intelectuais e emocionais, mas lhe sobram questões disciplinares a serem resolvidas e estudadas em escala planetária, com o necessário *granu salis* local.

A estas interpretações escapam as pessoas em sua versão de carne, osso, comportamento e preferências. Baseiam-se em soluções e caminhos institucionais. Pressupõem, obviamente, que a arquitetura e a engenharia organizacional que conhecemos são capazes de dar conta da agenda e materializar a utopia nos variados matizes de completude possíveis em cada caso. Aí mora o perigo, diriam os sociocêntricos.

**e**colho o recente trabalho de Ronald Inglehart, professor de Ciência Política na Universidade de Michigan, *Modernization and Post-Modernization*, Princeton, 1997, como ilustração, mas recomendo igualmente o *Private Truths, Public Lies: The Social Consequences of Preference Falsification*, de Timur Kuran, Harvard, 1995, e a coletânea *Why People Don't Trust Government*, Harvard, 1997, organizada por Joseph Nye e outros. O trabalho tem 341 páginas, mais 100 de apêndices estatísticos, amostragem, questionários. Foram usadas 313 referências bibliográficas. Utiliza levantamentos com a população de 43 países em 1981

e 1990 (para poucos países há só uma observação). A preparação do volume exigiu a cooperação de 80 investigadores principais em 43 países, quatro co-autores, equipe, comentadores, assistentes. Um total de 224 pessoas colaboraram para a preparação do livro.

**C**omparando-se a equipe de Inglehart com a academia brasileira, pode-se ter noção da riqueza da universidade americana e da extrema penúria da universidade brasileira. Seria necessário todo o estoque de recursos humanos dos doutorados em ciência política no Brasil para dar conta de igual recado, presumindo-se que existissem recursos. Nos três programas de doutorado estão matriculados 133 alunos supervisionados por 96 docentes, 86 dos quais são doutores. No total, 229 pessoas. Isto para realizar um projeto de pesquisa de parrudez universitária americana. De toda forma, em comparação mesmo com a universidade de americana, parrudo mesmo é o Banco Mundial que pode fazer coisa muito maior todo ano.

As conclusões são as seguintes. Nas sociedades tradicionais as pessoas precisavam encontrar estratégias de sobrevivência num contexto econômico rígido e dominado pelo Estado, sob a forma de autoridade tradicional, num ambiente em que prevaleciam valores religiosos tradicionais e normas comunitárias. A sociedade moderna, ao contrário da rigidez tradicional, buscou maximizar o crescimento econômico. Neste contexto, a ambição individual estava voltada para a realização material. As normas imperantes são as racionais-legais. É a nossa vida e nossa sociedade, na maior parte, como as conhecemos.

Na sociedade pós-moderna, caracterizada pela superação da necessidade material dos indivíduos, ocorre uma mudança de valores das pessoas. Abandonam a motivação de aquisição material, crescimento econômico, racionalidade econômica e obediência a instituições formais, burocráticas, hierárquicas. Estes valores, que foram atributos fundamentais para a emergência da sociedade industrial, migram em direção a valores pós-materialistas, pós-modernos, desenfazendo tanto a autoridade religiosa quanto a autoridade legal. No pós-moderno, autoridade, centralização, grandes organizações, todos estão sob suspeita. Chegaram a um ponto que sua eficiência decresce e diminui sua aceitabilidade.

**A substituição** da modernidade pela pós-modernidade, seguindo as palavras do autor, no capítulo 11, *Trajectories of Social Change*, reflete o decréscimo da utilidade marginal do determinismo econômico. "Fatores econômicos jogam um papel central sob condições de escassez econômica mas, quando a escassez diminui, outros fatores tornam-se mais importantes na organização da sociedade".

*"Falta ao Banco Mundial a figadal pitada de tempero ideológico, mas sobram questões disciplinares"*

O desenvolvimento econômico, desde uma perspectiva da ação racional, produz importante modificação nas estratégias de sobrevivência. Em situações de pobreza, modestos ganhos econômicos produzem retornos altos em termos de consumo calórico, vestuário, moradia, saúde e expectativa de vida. Nestas condições, dar prioridade ao crescimento econômico faz todo o sentido. “Societies are not rational actors, but they behave as if they were – in the long run” (p.337). Por esta razão, por não serem atores racionais mas por apresentarem, no longo prazo, características racionais em seu comportamento agregado, as sociedades manifestam tendências que orientam, por um lado, e refletem, por outro, o comportamento de conjuntos de indivíduos. Uma vez alcançado certo patamar de crescimento econômico, o retorno trazido por crescimento adicional é decrescente. A partir de certo patamar é mais racional colocar ênfase no bem-estar, em dimensões não-materiais, do que manter a busca sistemática do crescimento econômico como um fim em si mesmo (p.337).

**a**s instituições associadas com o patamar anterior, da maximização do crescimento, do estabelecimento da ordem racional-legal, assim como os valores próprios ao momento anterior, passam a ser desprezadas, repelidas. Assim acontece com os partidos políticos, com a autoridade estatal, com as grandes burocracias, com o exército, a igreja, a fabricona, o sindicato. A política começa igualmente a ser feita através de vias não-governamentais, alterando a governança e as preferências das sociedades.

O “motor da história”, neste caso, passa a ser a convergência dos valores individuais na fabricação de novas estruturas institucionais e novas formas de fazer política e governo.

Estando correta esta visão, a perspectiva global dos relatórios do Banco Mundial pode deparar-se com dificuldades práticas em muitos territórios. Tome-se o Brasil como exemplo. Neste território coexistem grupos sociais que habitam os três estágios econômicos, institucionais e de orientação valorativa mencionados por Inglehart. Aqui coexistem o tradicional, o moderno e o pós-moderno. Dentro da mesma *polity*, a ela incorporados e nela votando. Não há de ser trivial a manutenção de aparato institucional capaz de se relacionar e organizar simultaneamente matriz tão diversificada. Daí que, talvez, ainda exista aqui terreno para o choque das utopias e para consensos, unanimidades menores, parciais.

**Mas nisto** de unanimidades, somos craques. Nosso maior especialista no assunto, obviamente Nelson Rodrigues, concluiu, conforme compilação de Ruy Castro, que “a opinião unânime está a um milímetro do erro, do equívoco, da iniquidade”. O perigo entretanto é que “na hora de odiar, ou de matar, ou de morrer, ou simplesmente de pensar, os homens se aglomeram. As unanimidades decidem por nós, sonham por nós, berram por nós”.

Nelson Rodrigues, orgulhoso do seu, então, reacionarismo, sempre odiou as passeatas, as manifestações coletivas. As unanimidades. Talvez por tudo que contivessem de diminuição do arbítrio individual, agora tão pós-moderno. Se as unanimidades, mesmo parciais, são burras, como se poderiam adjetivar as unanimidades globais? ■

---

O A U T O R  
EDSON NUNES é diretor de Projetos Especiais da Universidade Candido Mendes